CIDADES MÉDIAS PARANAENSES: UM ESTUDO SOBRE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO (2010-2020)*

Amauri Welter**
Camila Gabriela Junges***
Cristiano Stamm****

Recibido: 14 de enero 2025 - Aprobado:27 de Marzo de 2025
DOI: https://doi.org/10.22395/seec.v28n65a5057

RESUMO

Este artigo propõe uma análise dos processos de convergência no crescimento econômico e desenvolvimento socioeconômico das cidades médias interioranas do Estado do Paraná no período de 2010 a 2020. O interesse nas cidades médias tem crescido entre os pesquisadores devido às transformações interurbanas, à urbanização e à implementação de políticas de desenvolvimento local, sendo considerado cidades médias as de população entre 100 a 500 mil habitantes. A análise se baseia no conceito de convergência, relacionado à variação ou dispersão estimada através de um coeficiente. O processo de convergência consiste em observar que as cidades atinjam níveis de renda e padrões de vida semelhantes, o que pode ser interpretado como positivo ou negativo. Os resultados da análise da convergência foram conduzidos através da equação de estimativa da Média de Convergência (MC) com base no PIB *per capita*. Os principais achados demonstraram que entre o período analisado houve disparidade no crescimento econômico, com uma convergência apenas do setor terciário e divergência no setor primário e secundário, e se tratando do desenvolvimento socioeconômico, houve a convergência do indicador geral, dos índices de saúde e educação, e divergência apenas no índice de emprego e renda dos municípios selecionados.

PALAVRAS-CHAVE

Cidades Médias Interioranas; Indice de Convergência; Paraná.

CLASSIFICAÇÃO JEL

R0; P50; O0.

CONTEÚDO

Introdução; 1. Análise de convergência econômica e o conceito de cidades médias; 2. Metodologia; 3. Resultados e Discussões; 4. Conclusões; Referências

* Pesquisa. Grupo de Pesquisa GEPEC. Sem financiamento. Execução entre setembro 2023 e maio de 2024.

** Economista, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, Brasil Mestrando em Economia. Email: amauriwelter@hotmail.com Orcid:https://orcid.org/0009-0003-3857-1829

*** Jurista, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, Brasil. Mestre e doutoranda em Desenvolvimento regional e agronegócio. Email: camila.junges@unioeste.br Orcid: https://orcid.org/0000-0002-0316-3679

**** Economista, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, Brasil. Mestre em desenvolvimento regional e agronegócio, Doutor em Planejamento urbano e regional. Professor Adjunto e Pesquisador da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Email: cristiano.stamm@unioeste.br Orcid: https://orcid.org/0000-0002-8318-9886

CIUDADES MEDIANAS PARANAENSES: UN ESTUDIO SOBRE CRECIMIENTO Y DESARROLLO SOCIOECONÓMICO (2010-2020)

RESUMEN

Este artículo propone un análisis de los procesos de convergencia en el crecimiento económico y el desarrollo socioeconómico de las ciudades medianas del interior del Estado de Paraná en el período de 2010 a 2020. El interés por las ciudades medianas ha crecido entre los investigadores debido a las transformaciones interurbanas, la urbanización y la implementación de políticas de desarrollo local, considerándose como ciudades medianas aquellas con una población entre 100 mil y 500 mil habitantes. El análisis se basa en el concepto de convergencia, relacionado con la variación o dispersión estimada a través de un coeficiente. El proceso de convergencia consiste en observar si las ciudades alcanzan niveles de ingreso y estándares de vida similares, lo cual puede interpretarse como un aspecto positivo o negativo. Los resultados del análisis de convergencia fueron obtenidos mediante la ecuación de estimación del Promedio de Convergencia (PC) con base en el PIB per cápita. Los principales hallazgos demostraron que, en el período analizado, hubo disparidad en el crecimiento económico, con convergencia únicamente en el sector terciario y divergencia en los sectores primario y secundario. En cuanto al desarrollo socioeconómico, se observó convergencia en el indicador general, en los índices de salud y educación, y divergencia únicamente en el índice de empleo e ingresos de los municipios seleccionados.

PALABRAS CLAVES

Ciudades Medianas del Interior; Índice de Convergencia; Paraná.

CODIGO JEL:

R0; P50; O0.

CONTENIDO

Introducción; 1. Análisis de la convergencia económica y el concepto de ciudades medianas; 2. Metodología; 3. Resultados y Discusiones; 4. Conclusiones; Referencias

MEDIUM-SIZED CITIES IN PARANÁ: A STUDY ON SOCIOECONOMIC GROWTH AND DEVELOPMENT (2010-2020)

ABSTRACT

This article proposes an analysis of convergence processes in economic growth and socioeconomic development of medium-sized cities in the interior of the State of Paraná from 2010 to 2020. Interest in medium-sized cities has grown among researchers due to interurban transformations, urbanization and the implementation of local development policies, with medium-sized cities having a population ranging from 100,000 to 500,000 inhabitants. This analysis is based on convergence, related to a variation or dispersion estimated through a coefficient. Convergence consists of observing whether cities reach similar levels of income and living standards, and it may be interpreted as a positive or negative aspect. The results of the convergence analysis were obtained by estimating an Average Convergence (CP) equation based on GDP per capita. The main findings showed that, in the analyzed period, there was disparity in economic growth, with convergence only in the tertiary sector and divergence in primary and secondary sectors. Regarding socio-economic development, convergence was observed in the general indicator, in health and education indices, and divergence only in selected municipalities' employment and income index.

KEYWORDS

Medium-sized cities in the Interior of the country; Convergence Index; Paraná.

CLASSIFICAÇÃO JEL

R0; P50; O0.

CONTENT

Introduction; 1. Analysis of economic convergence and the concept of medium-sized cities; 2. Methodology; 3. Results and Discussions; 4. Conclusions; References

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar os processos de convergência no padrão de crescimento econômico e desenvolvimento socioeconômico das cidades médias do Estado do Paraná, excluindo aquelas situadas na região metropolitana de Curitiba.

Ao definir o termo "cidades médias", é importante destacar que sua caracterização vai além dos critérios puramente demográficos, englobando também outros aspectos relevantes. Embora diversos autores estipulem que as cidades médias compreendem aglomerações com uma população entre cem e quinhentos mil habitantes, estas se caracterizam também pela interação com a agricultura moderna e sua inserção em uma rede urbana de geometria variável. Com base nessas informações as cidades que se enquadraram nos quesitos foram: Apucarana, Arapongas, Cambé, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Maringá, Paranaguá, Ponta Grossa, Sarandi, Toledo e Umuarama.

O conceito utilizado para esta análise é o da convergência, o qual se refere à variação ou dispersão estimada através de um coeficiente. Em outras palavras, esse indicador permite avaliar o padrão de desenvolvimento ou a dinâmica de crescimento dos municípios em questão. Quando a variação diminui ao longo do tempo, evidencia-se um processo de convergência (Staback e Lima, 2023).

É relevante ressaltar que as cidades médias têm sido objeto de estudo significativo por parte de diversos pesquisadores contemporâneos (Fernandes Ramos *et al*., 2011). Questões relacionadas à estrutura da economia nacional, à especialização dos fluxos econômicos e demográficos, bem como às transformações interurbanas nas grandes metrópoles têm reforçado a importância dessa categoria de análise. Um dos principais fatores impulsionadores do aumento do interesse nessa área é o processo de urbanização que o país tem vivenciado desde a década de 1980, resultando na expansão dos serviços urbanos, na municipalização de serviços públicos e na implementação de políticas de desenvolvimento local (Fernandes Ramos *et al*., 2011; Joyal, 2019).

Diante da relevância do crescimento econômico e do desenvolvimento socioeconômico no progresso das cidades médias, emerge a seguinte questão: é possível observar convergência no padrão de crescimento econômico e desenvolvimento socioeconômico das cidades médias interioranas do Estado do Paraná, no período de 2010 a 2020?

A pesquisa está organizada em quatro seções, sendo esta a inicial. Em seguidasequência, apresenta-se uma breve revisão da literatura sobre cidades médias e análise

de convergência. Na terceira seção, estão descritos os procedimentos metodológicos empregados. Por fim, a quarta seção aborda os resultados e discussões , seguidos das considerações finais.

1. ANÁLISE DE CONVERGÊNCIA ECONÔMICA E O CONCEITO DE CIDADES MÉDIAS

O conceito de convergência está intimamente ligado à variação e dispersão. Em outras palavras, quando a dispersão da variável em análise, estimada pelo coeficiente de variação, diminuir ao longo do tempo, isso indica um processo de convergência. Nesse contexto, as cidades estão se aproximando (convergindo) em direção a um nível semelhante, alinhando-se quanto ao padrão de desenvolvimento ou à dinâmica de crescimento (Staback; Lima, 2023).

Na convergência absoluta, todas as regiões compartilhariam os mesmos determinantes de desenvolvimento, levando-as a atingir o mesmo patamar de renda ou desenvolvimento. Para isso, as cidades médias menos desenvolvidas precisariam crescer a taxas mais elevadas, buscando equiparar-se às cidades médias mais ricas ao longo do tempo (Almeida; Moreira, 2019).No contexto urbano, a convergência pode se manifestar tanto na formação de cidades fluidas, com áreas rurais adjacentes quanto na configuração de metrópoles—ou seja, cidades médias interligadas que constituem uma rede de intercâmbios e mantêm um nível mínimo de aglomeração humana (Di Méo, 2008).

Por outro lado, o processo de metropolização e sua relação com a produção refletem a heterogeneidade do espaço, a interdependência, a interação e a fragmentação, divergindo do conceito de convergência, que pressupõe uma maior homogeneização na estrutura produtiva e social. As causas desse fenômeno residem na localização e na adequação logística das estruturas de fluxos de produção e distribuição, uma vez que tais fatores resultam na redistribuição da estrutura produtiva e influenciam o nível de crescimento econômico das cidades (Bernardes *et al*., 2021).

As cidades médias tornaram-se objeto de estudo relevante para diversos pesquisadores contemporâneos, em razão de aspectos s como a estrutura da economia nacional, a distribuição dos fluxos econômicos e demográficos, e as transformações interurbanas nas grandes metrópoles. Um dos fatores que tem impulsionado o aumento das pesquisas nessa área é o processo de urbanização pelo qual o país tem passado desde a década de 1980, resultando na expansão dos serviços urbanos, na municipalização de serviços públicos e na implementação de políticas de desenvolvimento local (Fernandes Ramos *et al*., 2011; Joyal, 2019).

Em estudos iniciais, os centros urbanos de porte médio eram definidos como aqueles que possuíam os atributos de interações constantes no espaço regional subordinado, bem como com aglomerações urbanas de hierarquia superior, tamanho demográfico e funcional suficientes para oferecer diversidade em bens e serviços ao espaço microrregional. Além disso, eram caracterizados como aqueles que possuíam a capacidade de receber e fixar os indivíduos migrantes de municípios menores, ou até mesmo da zona rural, dispondo de postos de emprego e interrompendo o movimento migratório na direção de municípios de grande porte já saturados. Esses centros apresentavam condições necessárias ao estabelecimento de relações de dinamização com o espaço rural microrregional (Stamm; Wadi; Staduto, 2010).

Na análise dos desequilíbrios regionais, as cidades estão integradas às regiões, uma vez que essas áreas geográficas demandam aglomerações e são propensas à polarização. A polarização refere-se ao impacto que um centro ou polo exerce em sua vizinhança, manifestando-se como dependência econômica ou domínio. As interações entre os centros urbanos polarizados e os que exercem a polarização constituem a rede urbana, na qual cada aglomeração desempenha um papel na formação de uma rede de relações produtivas e sociais (Ferrera de Lima, 2016; Alves, 2022).

Assim, a cidade que se posiciona como centro polarizador também é um centro de poder, pois é nela que as decisões são tomadas, representando o perfil de desenvolvimento da região em que está inserida. Ela desempenha um papel crucial no processo de regionalização, sendo designada como um "polo" e participando ativamente em atividades econômicas.

Rippel (2016) aponta que a estratégia mais eficaz para o crescimento e desenvolvimento econômico regional é aquela que combina os efeitos de encadeamento para trás e para frente a partir da cidade polo. O efeito de encadeamento para trás resulta do crescimento autônomo de um setor específico, demandando insumos de outros setores produtivos, enquanto os encadeamentos para frente derivam da demanda de outros setores produtivos por insumos de um determinado setor. Portanto, a cidade polo desempenha um papel crucial na formação da malha produtiva regional.

À medida que a cidade polo progride com a expansão dos encadeamentos produtivos, a diversificação das atividades econômicas e o aumento da população, algumas cidades evoluem para o status de metrópoles. Elas passam a abranger atividades mais avançadas e um setor terciário superior, assumindo responsabilidades nas esferas intelectuais da tecnologia, como geração e troca de

informações, educação, pesquisa e desenvolvimento, e consequentemente, alta tecnologia (Corrêa, 1995; Lencione, 2017).

É relevante ressaltar que a metropolização não se limita apenas às grandes cidades, mas também ocorre em cidades médias, ou seja, aquelas que têm entre 100 mil e 500 mil habitantes. A metrópole constitui-se como um sistema social complexo, uma vez que envolve uma diversidade de serviços, concentração de funções urbanas, integração de infraestruturas físicas e diferentes matrizes econômicas (Bernardes *et al*., 2021).

Ao desenvolver tais atividades econômicas e possuírem representatividade regional, as cidades médias, na urbanização contemporânea, assumem o papel de metrópole regional. Assim, a integração e a transformação do espaço rural e as interações que estabelecem com as cidades/municípios de pequeno porte na região revelam o processo de metropolização (Staback; Lima, 2023).

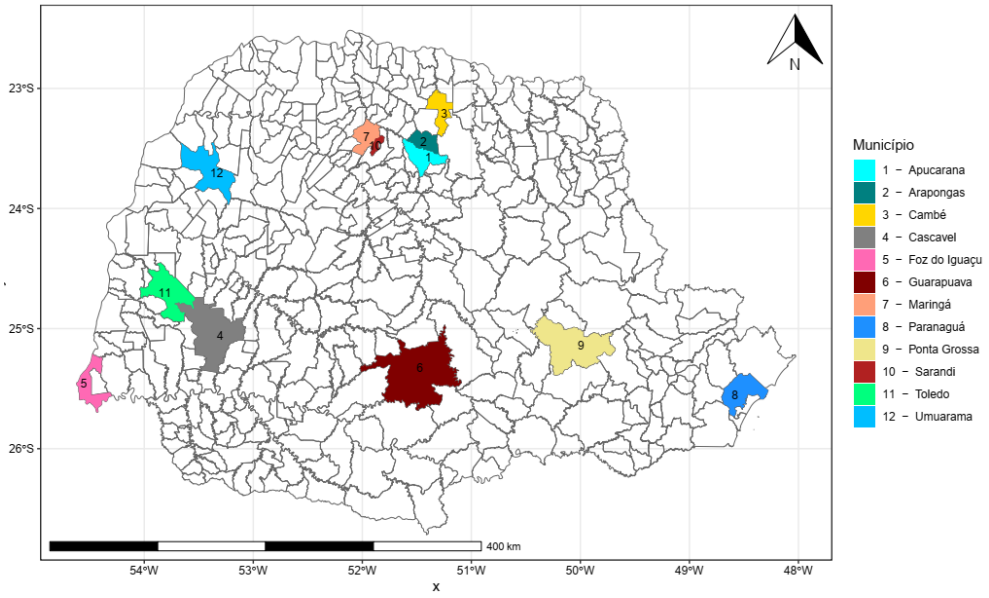
2. METODOLOGIA

Com o propósito de atingir o objetivo delineado neste estudo, a metodologia empregada adota procedimentos quali-quantitativos. O trabalho fundamentou-se na coleta e análise de dados estatísticos, visando compreender o desenvolvimento e suas complexidades. Isso foi realizado por meio de uma revisão bibliográfica sobre a temática em questão, estabelecendo um diálogo entre autores de diversas linhas teóricas.

O procedimento metodológico adotou dois elementos centrais. Primeiro, o conceito de cidades médias – definidas como centros urbanos com população entre 100 mil e 500 mil habitantes, localizadas no estado do Paraná. Foram excluídos municípios integrantes da região metropolitana de Curitiba, devido à sua vinculação a um polo econômico consolidado (uma capital com quase 2 milhões de habitantes), cujas dinâmicas socioeconômicas diferenciadas poderiam distorcer os resultados da análise.

Em segundo lugar, delimitou-se um conjunto de 12 cidades médias que atendem aos critérios estabelecidos: Apucarana, Arapongas, Cambé, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Maringá, Paranaguá, Ponta Grossa, Sarandi, Toledo e Umuarama (Figura 1).

Figura 1 – Mapa das cidades médias do Estado do Paraná em 2024.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IBGE (2024).

O segundo elemento metodológico consistiu na definição dos indicadores utilizados: o Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice IPARDES de Desenvolvimento Municipal (IPDM). Optou-se pelo IPDM em substituição ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), devido à ausência de atualizações deste último em nível municipal desde 2010. Essa substituição permitiu trabalhar com dados mais recentes e representativos da realidade local.

Os dados estatísticos foram coletados no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), abrangendo o período de 2010 a 2020.

A metodologia de extração de dados do IPARDES para renda e emprego é definida com base nas seguintes variáveis: remuneração média, taxa de crescimento da remuneração média, número de empregos formais, taxa de crescimento dos empregos formais e produção agropecuária.

Para os indicadores de educação, os dados são coletados junto ao Ministério da Educação, sendo a dimensão educacional composta por métricas relacionadas ao ensino infantil, fundamental e médio. Entre elas, destacam-se: Taxa de matrículas; Taxa de não distorção idade-série; Taxa de não abandono escolar; Percentual de

docentes com formação superior; Média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Já na dimensão de saúde, a metodologia do IPARDES (ou IPDM, conforme a referência correta) abrange: Percentual de consultas pré-natais; Percentual de óbitos por causas mal definidas; Percentual de óbitos de crianças menores de cinco anos.

Com o intuito de ampliar o número de variáveis analisadas, o PIB foi segmentado em seus três setores: agricultura, indústria e comércio e serviços. Para a variável do PIB, utilizou-se o PIB *per capita*. Quanto aos índices de desenvolvimento, além da análise geral, foram observadas as três variáveis disponíveis, que levam em consideração o desenvolvimento estadual, saúde, educação e trabalho e renda.

Utilizou-se a equação proposta pelos autores Williamson e Fleming (1977), Taylor e Williamson (1994), para analisar o bem-estar social. Para estimar a Média de Convergência (MC), foi utilizada a equação [1]:

$$MC/ano = \left[\frac{CV_{t1} - CV_{t2}}{CV_{t1}} x\ 100\right] \div (t2 - t1) \qquad [1]$$

Em que:

MC = Média da convergência por ano;

CV_{t1} = Coeficiente de variação do ano 1;

CV_{t2} = Coeficiente de variação do ano 2;

t1 = ano 1;

t2 = ano 2.

A análise da convergência foi conduzida através da estimativa da Média de Convergência (MC) com base no PIB *per capita*, considerando os setores agropecuário, industrial e de comércio e serviços. Da mesma forma, realizou-se a estimativa utilizando o Índice Ipardes de Desenvolvimento Municipal (IPDM), tanto de forma global como por dimensão. A interpretação dos resultados segue a abordagem proposta por Williamson e Fleming (1977, p. 243), indicando que quanto maior a redução do coeficiente de variação ao longo do tempo, maior é o nível de convergência.

Diversos estudos abordaram a convergência econômica no Brasil sob diferentes perspectivas. Staback e Lima (2023) analisaram a convergência média em cidades de porte médio entre 2005 e 2017, enquanto Leite e Lima (2024) focaram no crescimento econômico e desenvolvimento das regiões metropolitanas no

período de 2005 a 2016. Já Souza e Lima (2023) exploraram essa temática especificamente na Amazônia Legal, investigando a convergência do crescimento e do desenvolvimento econômico entre 2005 e 2006. O diferencial deste estudo reside na utilização de dados atualizados, permitindo uma análise mais recente e abrangente do fenômeno.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

As cidades médias do Paraná analisadas neste estudo foram: Apucarana, Arapongas, Cambé, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Maringá, Paranaguá, Ponta Grossa, Sarandi, Toledo e Umuarama. Para esses municípios, foram levantados os dados relacionados à convergência dos indicadores de crescimento econômico, os quais foram subdivididos em: PIB per capita, PIB da agropecuária, da indústria e do comércio e serviços. Além disso, também foram analisados os índices de desenvolvimento econômico, por meio do IPDM geral e dos seus componentes: educação, saúde e renda/emprego.

Dentre os indicadores avaliados, o que apresentou maior variação — e que melhor agrega elementos de crescimento e desenvolvimento econômico — foi o PIB per capita, pois este não apenas reflete o desempenho econômico, mas também está diretamente relacionado à elevação da renda média da população. Em 2010, os municípios com os maiores valores de PIB per capita eram Paranaguá, Arapongas e Foz do Iguaçu, enquanto em 2020, a configuração mudou para Paranaguá, Foz do Iguaçu e Ponta Grossa. Por outro lado, os municípios com os menores valores em ambos os períodos foram Umuarama, Apucarana e Sarandi. Essa permanência entre os últimos colocados pode ser explicada pela baixa evolução do PIB per capita nesses municípios em comparação com os demais, o que contribui, ao menos parcialmente, para a divergência observada no indicador. Como essas cidades não apresentaram taxas de crescimento superiores às demais, não conseguiram reduzir as desigualdades econômicas, resultando em uma tendência de afastamento em relação à média estadual.

Assim, durante o período analisado, observou-se -se um aumento nas disparidades de crescimento econômico entre as cidades médias interioranas do Paraná, contradizendo a hipótese de convergência do PIB *per capita*. O coeficiente de variação aumentou 28,88%, indicando distanciamento nos níveis de crescimento econômico, com média negativa de 2,88 (Tabela 1).

Tabela 1 - Paraná: média de convergência do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* total das cidades médias interioranas (2010-2020)

PIB per capita	2010	2020
Média	R$ 19.501,42	R$ 43.972,92
Desvio Padrão	R$ 5.461,49	R$ 15.870,96
Coeficiente de variação	28,01%	36,09%
MC = -2,88		

Fonte: Resultados da pesquisa a partir de dados do IBGE (2024).

Apesar do acréscimo de mais de 18% nos empregos gerados, não se observou redução na disparidade da renda média. É possivel que determinadas cidades ou setores tenham concentrado a maior parte dos benefícios das rendas geradas. A renda *per capita* média aumentou de 2,25 vezes no período, com destaque para Foz do Iguaçu, refletindo o setor industrial, principalmente a geração de energia pela usina hidrelétrica, e Paranaguá, devido a expansão do setor de serviços com as exportações e importações.

Ao comparar o crescimento do PIB per capita, observa-se que as diferenças se acentuam quando se analisam as três cidades com maior desempenho econômico em 2010 em relação às três com menor desempenho. As primeiras apresentaram um crescimento médio de 2,3, enquanto as últimas cresceram, em média, 2,05. Esse resultado evidencia que os municípios com maiores indicadores de PIB per capita continuaram crescendo a taxas mais elevadas, ao passo que os municípios com menor desempenho econômico inicial mantiveram taxas inferiores de crescimento, não conseguindo, portanto, reduzir a distância que os separa em termos de convergência econômica.

Em comparação com o estudo de Staback e Lima (2023), os resultados aqui encontrados apresentam divergências. Enquanto, na média nacional, o PIB per capita demonstrou tendência de convergência em direção à média, os municípios de porte médio do interior do Paraná apresentaram comportamento de distanciamento. Resultado semelhante foi identificado por Souza e Lima (2024) no contexto da Amazônia Legal. Esses achados sugerem que determinadas localidades estão se desenvolvendo de forma menos acelerada do que outras, o que reforça a necessidade de análises mais aprofundadas sobre os fatores que limitam a convergência e o crescimento equitativo entre os municípios.

Analisando setorialmente o PIB *per capita*, apenas o setor terciário apresentou convergência (0,91), enquanto o setor agropecuário e o setor secundário mostraram

afastamento dos indicadores, respectivamente -1,23 e –4,50. Este resultado reflete o efeito verificado também para o PIB *per capita*, que foi claramente puxado pelas atividades da agropecuária e indústria, que mesmo apresentando menores médias, tiveram um peso maior que o setor de comércio e serviços, fazendo com que o PIB *per capita* também não convergisse (Tabela 2).

Tabela 2 - Paraná: Média de convergência setorial do Produto Interno Bruto das cidades médias avaliadas (2010-2020)

Setor Agropecuário	**2010**	**2020**
Média	R$ 654,43	R$ 2.183,09
Desvio Padrão	R$ 499,85	R$ 1.873,05
Coeficiente de variação	76,38%	85,84%
MC = -1,23		
Setor Secundário	**2010**	**2020**
Média	R$ 5.409,66	R$ 12.236,56
Desvio Padrão	R$ 3.120,07	R$ 10.236,18
Coeficiente de variação	57,68%	86,65%
MC = -4,50		
Setor Terciário	**2010**	**2020**
Média	R$ 9,836,82	R$ 19.350,75
Desvio Padrão	R$ 3.918,45	R$ 7.005,36
Coeficiente de variação	39,83%	36,20%
MC = 0,91		

Fonte: Resultados da pesquisa a partir de dados do IBGE (2024).

Observa-se uma evolução nas médias setoriais, com aumento em todos os setores. Enquanto o setor terciário apresentou uma redução de 9% no coeficiente de variação, indicando convergência, os setores agropecuário e secundário mostraram um afastamento das médias. Este último apresentando uma média de convergência negativa de 4,50.

Ao analisar as cidades, percebe-se que no caso do setor industrial, em Foz do Iguaçu, devido principalmente a usina hidrelétrica, este apresentou um grande acréscimo no seu PIB *per capita*, caso excluísse a cidade do indicador, devido essa peculiaridade, já haveria convergência dos indicadores. No setor primário, não há nenhuma particularidade, apenas observa-se na cidade de Toledo um setor primário muito bem desenvolvido principalmente na atividade de suinocultura.

A suinocultura e a agropecuária, na Região Oeste do Paraná, conforme Cielo e Ribeiro (2022), tem participação centrada na economia. Nessa região encontra-se mais de 16 mil propriedades rurais voltadas para a produção de carne suína, com um quantitativo de 5.388.380 cabeças, o que equivale a 70% da produção estadual (IPARDES, 2020). Assim, a agropecuária acaba apresentando um grande impacto na margem de convergência.

Por outro lado, a cidade de Paranaguá demonstra pouca aptidão para a agricultura por ser uma região litorânea e possuir condições diferentes para a prática agrícola. De acordo com Hersen *et al*. (2010), mesmo que o estado apresente índices de crescimento elevados, os municípios não necessariamente demonstram avanço semelhante. Isto é, os setores econômicos pujantes variam de um município para o outro, assim como as políticas econômicas podem contribuir para o crescimento desigual.

O trabalho de Staback e Lima (2023) corrobora com os dados do setor primário e terciário, ou seja, continua, respectivamente, divergindo e convergindo, mudando apenas a intensidade do resultado. No entanto, foi identificado diferenças no setor secundário. Enquanto na média nacional houve convergência, na esfera estadual, o setor apresentou afastamento dos indicadores, como mencionado, com destaque para a cidade de Foz do Iguaçu, onde uma amostra menor gerou um impacto significativo.

Quando comparados aos resultados apresentados no estudo de Souza e Lima (2024), todos os indicadores deste trabalho demonstraram convergência. Destacam-se, em especial, os setores da agricultura e da indústria, que apresentaram altos níveis de convergência. Diferentemente do estudo anterior, o setor de serviços também mostrou uma convergência bastante próxima à observada nas cidades paranaenses.

Pode-se deduzir que estão se formando cidades médias interioranas no Paraná com setores de renda mais elevada, indicando certa especialização produtiva. Essa tendência, aliada ao o número reduzido de amostras, pode explicar as diferenças observadas na análise.

Ao observar o Índice Ipardes de Desenvolvimento Municipal (IPDM) Geral, observou-se uma redução do coeficiente de variação em 37,72%, indicando que, entre os anos de 2010 e 2020, as cidades médias diminuíram a disparidade em termos de desenvolvimento socioeconômico, apresentando uma média de convergência de 3,77, conforme a Tabela 3.

No que diz respeito ao desenvolvimento socioeconômico, verificou-se um processo de convergência entre as cidades médias interioranas paranaenses. O Índice Ipardes de Desenvolvimento Municipal (IPDM) geral apresentou uma redução do coeficiente de variação em 37,72%, indicando que, entre os anos de 2010 e 2020, as cidades médias diminuíram a disparidade em termos de desenvolvimento socioeconômico, com uma média de convergência de 3,77 (Tabela 3).

Tabela 3 – Paraná - Média de convergência do Índice Ipardes de Desenvolvimento Municipal (IPDM) das cidades médias interioranas, 2010 e 2020

IPDM – Geral	**2010**	**2020**
Média	0,616	0,707
Desvio Padrão	0,058	0,041
Coeficiente de Variação	9,41%	5,86%
MC = 3,77		
IPDM – Saúde	**2010**	**2020**
Média	0,674	0,788
Desvio Padrão	0,101	0,035
Coeficiente de Variação	14,98%	4,42%
MC = 7,04		
IPDM – Educação	**2010**	**2020**
Média	0,643	0,807
Desvio Padrão	0,079	0,061
Coeficiente de Variação	12,40%	7,50%
MC = 3,95		
IPDM – Emprego e Renda	**2010**	**2020**
Média	0,532	0,526
Desvio Padrão	0,066f	0,066
Coeficiente de Variação	12,40%	12,55%
MC = – 0,11		

Fonte: Resultados da pesquisa a partir de dados do IBGE (2024).

As maiores médias de convergência foram nas áreas de saúde (7,04) e educação (3,95), que registraram as maiores reduções na dispersão em relação à média. O coeficiente de variação do IPDM-Saúde em 2010 indicou que os desvios atingiram 14,98% em relação à média, enquanto em 2020, esse valor caiu para 4,42%, representando uma diminuição de 70,49% no coeficiente de variação.

Quanto à dimensão educação, o coeficiente de variação em 2010 revelou que os desvios alcançaram 12,40% em relação à média, diminuindo para 7,50% em 2020, indicando uma redução de 39,51% no coeficiente de variação. O IPDM Educação teve um aumento desde o início da série histórica, atingindo seu ponto mais alto em 2019, com 0,8894 pontos. No entanto, no ano seguinte apresentou um pequeno decréscimo, possivelmente impactado pelas aulas suspensas e não presenciais durante pandemia do Covid-19, pois no ano de 2021 o índice retorna seu crescimento.

Tal evolução dos itens saúde e educação pode ser explicada pelo desenvolvimento ocorrido no Brasil nas últimas décadas. Além disso, esses indicadores são em sua grande maioria parte de políticas públicas, e assim fornecidos pelo governo. Os investimentos nessas áreas são em sua maioria destinados de forma mais equânime entre os municípios e estados, sendo umas políticas públicas e legislações da esfera federal. Os próprios gastos municipais devem ter uma porcentagem mínima em cada uma das áreas, o que faz com que, tirando casos pontuais, os benefícios sejam colhidos de forma mais equitativa, assim a tendência é de melhoria dos indicadores.

Quanto à dimensão Emprego e Renda, houve uma média de convergência negativa de 0,11, quase estável, indicando que, ao longo do tempo, as cidades médias interioranas aumentaram as discrepâncias entre elas. As condições de emprego e renda mostraram-se diversas entre as cidades, sendo essa a dimensão que teve a menor redução na média ao longo do tempo. De 2010 a 2020, a média do IPDM - Emprego e Renda variou de 0,532 para 0,526, representando uma redução de 1,12%.

As cidades médias interioranas do Paraná apresentaram uma variação semelhante àquela observada nas cidades médias do país em termos de geração de empregos ao longo dos anos analisados, tendo perda de postos nos anos de 2015 e 2016 com a crise política (Ferrera de Lima; Bidarra, 2021) e em 2020 com a pandemia, já nas cidades médias o efeito foi menos sentido, tendo um decréscimo apenas nos anos de 2015 e 2016, a pandemia acabou não afetando negativamente a geração de empregos nas cidades médias do Paraná (Staback; Lima, 2023).

Essa queda pode ser atribuída à crise econômica enfrentada pelo Brasil a partir de 2015 e à pandemia do coronavírus de 2019, resultando em uma deterioração do emprego e da renda. Além disso, os efeitos tanto da crise econômica, como da pandemia, foram mais expressivos nas maiores cidades em comparação com as áreas mais dependentes do agronegócio.

Ao comparar os resultados com o trabalho de Staback e Lima (2023), que relaciona os índices de convergência para o período de 2005 a 2017 para as cidades médias do Brasil, percebe-se que as variações das cidades médias nacionais para

a variação das cidades médias interioranas paranaenses apresentam convergências similares, mas diferenciam-se mais na amplitude.

Quando analisados os resultados de Souza e Lima (2023) e Leite e Lima (2024), observam-se tendências semelhantes às deste estudo. Tanto a Amazônia Legal quanto as regiões metropolitanas do Brasil apresentaram convergência nas áreas de saúde e educação, enquanto houve divergência nos indicadores de emprego e renda. Isso permite inferir que, no Brasil, o desenvolvimento em saúde e educação tem se distribuído de forma mais igualitária; no entanto, aspectos como emprego, renda e alguns setores da economia ainda não conseguem crescer de maneira equitativa.

Considerando que, no Brasil, boa parte dos serviços de saúde e educação é ofertada pelo setor público, é possível pressupor que esses setores evoluíram e foram distribuídos de forma mais equânime. No entanto, permanece a questão sobre os demais setores — como os relacionados a emprego, renda e áreas que ainda não apresentam convergência: estariam faltando incentivos, políticas de fomento ou ações indutoras que promovam seu crescimento e convergência em relação aos demais?

Observa-se que as convergências foram próximas nas áreas analisadas no caso mencionado, com uma evolução e convergência dos setores de saúde e educação e devido a avanço destes dois fatores o indicador geral também teve uma evolução. No caso do emprego e renda, de ambos os indicadores houve um decréscimo, tanto Paraná como no Brasil as convergências foram negativas. Em se tratando de empregos, o resultado no período foi da geração de pouco mais de 300 mil vagas, e deste total aproximadamente 107 mil vagas nas cidades médias.

No que diz respeito aos outros indicadores de Saúde e Educação os resultados das cidades médias brasileiras foram de 4,55 e 3,41, com uma variação um pouco maior para o setor da educação comparado ao caso paranaense e um indicador muito próximo em relação a Educação.

Ao comparar os municípios com os maiores e menores resultados econômicos e sua trajetória de desenvolvimento ao longo dos anos analisados, observa-se que, ao calcular a média dos três maiores e três menores indicadores de crescimento econômico, as cidades com os melhores desempenhos mantiveram médias de crescimento superiores. No entanto, no que se refere ao desenvolvimento, os valores médios foram semelhantes entre os grupos, sendo também equivalentes à média geral dos 12 municípios analisados.

Ao se realizar uma análise mais individualizada, percebe-se que o município de Apucarana, que apresentou baixo crescimento ao longo do período e figurava

entre os menores PIB per capita, também obteve uma baixa evolução no indicador de desenvolvimento. O mesmo padrão foi observado nas cidades de Maringá e Arapongas, que registraram baixo crescimento econômico e, consequentemente, uma evolução modesta no desenvolvimento econômico.

Considerando as cidades com os menores indicadores de desenvolvimento econômico em 2010 —Ponta Grossa, Guarapuava, Maringá e Paranaguá—, ao se analisar sua evolução ao longo dos dez anos seguintes, nota-se que aquelas que apresentaram maior crescimento econômico também registraram os maiores avanços em desenvolvimento econômico. Casos como os de Guarapuava, Ponta Grossa e Paranaguá evidenciam esse padrão, corroborando a literatura que aponta uma correlação positiva entre crescimento e desenvolvimento econômico.

4. CONCLUSÕES

O objetivo do trabalho foi realizar uma análise dos processos de convergência no crescimento econômico e desenvolvimento socioeconômico das cidades médias interioranas do Estado do Paraná no período de 2010 a 2020.

Foi possível observar que a hipótese de convergência total entre o crescimento econômico e desenvolvimento socioeconômico não se confirmou. Isso ficou evidenciado na análise do crescimento econômico, que revelou disparidades no período de 2010 a 2020. Quanto ao desenvolvimento socioeconômico geral dos municípios, houve convergência na análise dos dados, exceto no setor de emprego e renda, onde foram identificadas disparidades.

Essa análise sugere que, embora haja uma convergência em indicadores como saúde e educação, as disparidades em termos de emprego e renda estão aumentando entre as cidades médias interioranas paranaenses. Comparando com o estudo de Staback e Lima (2023), as variações das cidades médias paranaenses apresentam convergências similares às nacionais, mas com diferenças na amplitude.

No que se refere à relação entre crescimento econômico e desenvolvimento, os resultados desta pesquisa indicam uma correlação positiva entre os dois indicadores). Tal constatação sugere a viabilidade de uma análise temporal mais refinada — com desagregação anual dos dados — para identificar se, nos casos observados, houve precedência de um indicador em relação ao outro ou se ambos evoluíram simultaneamente. Essa abordagem permitiria compreender melhor as dinâmicas causais envolvidas e os fatores condicionantes que promovem (ou limitam) o desenvolvimento local sustentado.

Nota-se o surgimento de cidades médias interioranas no Paraná com setores de renda mais elevada, especializadas em determinados segmentos econômicos, o que contribui para a ampliação das disparidades socioeconômicas entre elas. Algumas limitações encontradas durante a pesquisa são relacionadas a seleção das cidades médias interioranas, limitações quanto a disponibilidade, bem como a qualidade e abrangências dos dados utilizados, além de limitação específica a respeito do ano de 2020 (ano final) que foi marcado pela pandemia da Covid-19.

Sugere-se, para pesquisas futuras, a avaliação de outros indicadores a fim de analisar a convergência. Além disso, é recomendável considerar municípios distintos, pois tais dados podem contribuir para a formulação de estratégias a nível regional, visando a promoção da convergência entre os municípios.

REFERÊNCIAS

Almeida, R. D. C.; Moreira, T. B. S. (2019). Convergência de renda entre os estados brasileiros: uma análise em painel dinâmico. Planejamento e Políticas Públicas, ed. 52, p. 325-354.

Alves, L. R. (2022). Especialização e estrutura produtiva na análise regional do estado do Paraná. Informe GEPEC, v. 26, n. 2, p. 9–29. https://doi.org/10.48075/igepec.v26i2.28307

Bernardes, F. L. et al. (2021). Novas tendências de metropolização em cidades médias do Brasil: um estudo de caso no Estado do Rio Grande na possível Região Metropolitana de Passo Fundo. Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 13 https://doi.org/10.1590/2175-3369.013.e20200165

Corrêa, R. L. (1995). O Espaço Urbano (3a ed.). São Paulo: Editora Ática.

Di Méo, G. (2008). Introdução ao debate sobre a metropolização: uma chave de interpretação para compreender a organização contemporânea dos espaços geográficos. Confins Revista Franco Brasileira de Geografia, n. 4. https://doi.org/10.4000/confins.5433

Fernandes Ramos, E.; Matos, R. E. Da Silva; Garcia, R. A. (2011). As cidades médias como nódulos de equilíbrio da rede de cidades. Informe GEPEC, 15(3), 288–302. https://doi.org/10.48075/igepec.v15i3.6284

Ferrera de Lima, j.; Bidarra, B. S. Convergência setorial na fronteira Sul do Brasil. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, v. 9, n. 2, p. 211-226, 2021.

Ferrera de Lima, J. (2016). Pôles, polarisation et la diffusion du développement régional: notes de recherches. Revue Organisations & Territoires, 25(2), 75-80. https://doi.org/10.1522/revueot.v25n2.318

Hersen, A. et al. (2010). As fontes do crescimento econômico das cidades médias do Paraná. Heera (UFJF. Online), v. 5, p. 66-85.

INSTITUITO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTÁTISTICA (IBGE), Contas Nacionais. 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais.html.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL (IPARDES), Base de dados. Agropecuária. 2024. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/AgropecuariaBD.

Joyal, A. (2019). Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial: uma comparação Québec - Brasil (1960-2010). Informe GEPEC, 23, 191–209. https://doi.org/10.48075/igepec.v23i0.22753

Leite, H. O. Lima. Crescimento Econômico e Desenvolvimento nas Regiões Metropolitanas do Brasil. Revista Brasileira de Assuntos Regionais Urbanos. Goiânia, Brasil, v. 10, n. 1, p. 1–18, 2024. DOI: 10.18224/baru.v10i1.13343. Disponível em: https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/13343/6728. Acesso em 11 de maio de 2025.

Lencione, S. (2017). Metrópole, metropolização e regionalização (1 ed.). Rio de Janeiro: Consequência Editora.

Rippel, R. (2016). Encadeamentos produtivos e polarização na economia regional. In: Ferrera de Lima, J. et al. (Orgs.). Economia e desenvolvimento regional (p. 80-88). Foz do Iguaçu: Parque Itaipu.

Souza, K. .J de C. Lima, J. F. Amazônia Legal: Uma análise da convergência do crescimento e do desenvolvimento econômico. Geosul, 15(3), 127-147. Periódicos UFSC. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/92755. Acesso em 10 de maio de 2025.

Staback, D. F.; Lima, J. F. (2023). Cidades médias brasileiras e sua convergência de crescimento e desenvolvimento socioeconômico. URBE. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 15, p. 01-18. https://doi.org/10.1590/2175-3369.015.e20220054

Stamm, C.; Wadi, Y. M.; Staduto, J. A. R. (2010). São as cidades médias responsáveis pelo espraiamento espacial da riqueza nacional?. REDES (SANTA CRUZ DO SUL. IMPRESSO), v. 15, p. 66-91.

Taylor, A. M.; Williamson, J. (1994). Capital flows to the new world as na intergenerational transfer. Journal of Political Economy, 102(2), 348–371.

Williamson, J. B.; Fleming, J. (1977). Convergence theory and the social welfare sector. International Journal of Comparative Sociology, 18 (3-4), 242-253. https://doi.org/10.1163/156854277X00168